

MOVIMENTO DE LUTA E RESISTÊNCIA NO CURSO DE EXTENSÃO “GÊNERO E DIVERSIDADE NOS ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO E DE ATENÇÃO À SAÚDE”: UMA ANÁLISE DISCURSIVA

Viviane Soares Fialho de Araujo; Gabriela Freitas de Andrade; Julyane Cristina dos Santos Felício

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, viviane.araujo@ifrj.edu.br.

Resumo

Este resumo tem como objetivo apresentar a nossa experiência construída com profissionais da saúde e da educação, bem como com estudantes de diversas áreas, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), *campus* Nilópolis, no curso de extensão “Gênero e diversidade nos espaços de educação e de atenção à saúde”. Este curso de extensão está no seu primeiro módulo e se constitui em uma das exigências do edital da Coordenação de Extensão (CoEx), a que nosso Projeto *Observatório de gênero e diversidade do IFRJ/Nilópolis* está submetido. Uma vez que tanto o Projeto quanto o Curso fazem parte do Núcleo TransCult: Núcleo transdisciplinar discurso, identidade, representação e cultura – desenvolvemos uma pesquisa a respeito dos discursos que são construídos no âmbito do curso de extensão, por seus participantes. Como a pesquisa está em andamento, até o momento temos como resultados, com base no referencial teórico metodológico da Análise do Discurso (AD), que o curso é ministrado para pessoas que já foram sensibilizadas pela importância de se discutir gênero e sexualidade nos espaços de saúde e de educação e que o espaço do curso se tornou um *locus* de (re)afirmação de identidades, bem como de espaço de resistência e de busca de orientação coletiva em relação às tomadas de decisões que devem ser realizadas nos espaços institucionais, locais onde os sujeitos participantes atuam, com vistas à ruptura do ciclo de violência e repressão a que mulheres, negras e negros e LGBTs estão submetidos.

Palavras-chave: Gênero, Diversidade, Sexualidade, Desigualdade, Educação.

Desde a infância até a idade adulta, situações de violações de direitos, violência escolar/acadêmica e comunitária, agressões e prejuízo no bem-estar e na qualidade de vida acompanham muitas pessoas que não estão nos padrões de normatividade. O curso de extensão “Gênero e diversidade nos espaços de educação e de atenção à saúde”, atualmente vinculado à Coordenação de Extensão (CoEx), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro/Nilópolis (IFRJ), foi idealizado com o objetivo de capacitar profissionais e futuros profissionais das áreas da educação e da saúde para que estes possam atuar em seus espaços de maneira ética e humana, instrumentalizados para a prevenção de situações de violência, bem como em prol da inclusão social, da garantia de direitos e da autonomia dos sujeitos. Nossa perspectiva leva em conta as diversidades étnico-raciais, sexuais e de gênero, presentes em nossa sociedade.

O curso de extensão é, atualmente, ministrado pelo grupo que compõe o *Observatório de gênero e diversidade do IFRJ/Nilópolis*, um projeto de extensão, formado por uma docente da

Instituição, com formação em psicologia e licenciada em letras, e por duas alunas, sendo uma do curso de bacharelado em Produção Cultural e a outra do Ensino Médio Técnico em Química. A ideia para a formação do *Observatório* surgiu a partir do olhar e da escuta sensíveis em relação à problemática em torno das questões de gênero e diversidade que estudantes e funcionários vêm enfrentando na Instituição. Como sintoma para tal, vários coletivos, compostos por alunos e professores, formaram-se desde o ano de 2015, no *campus* Nilópolis, do IFRJ.

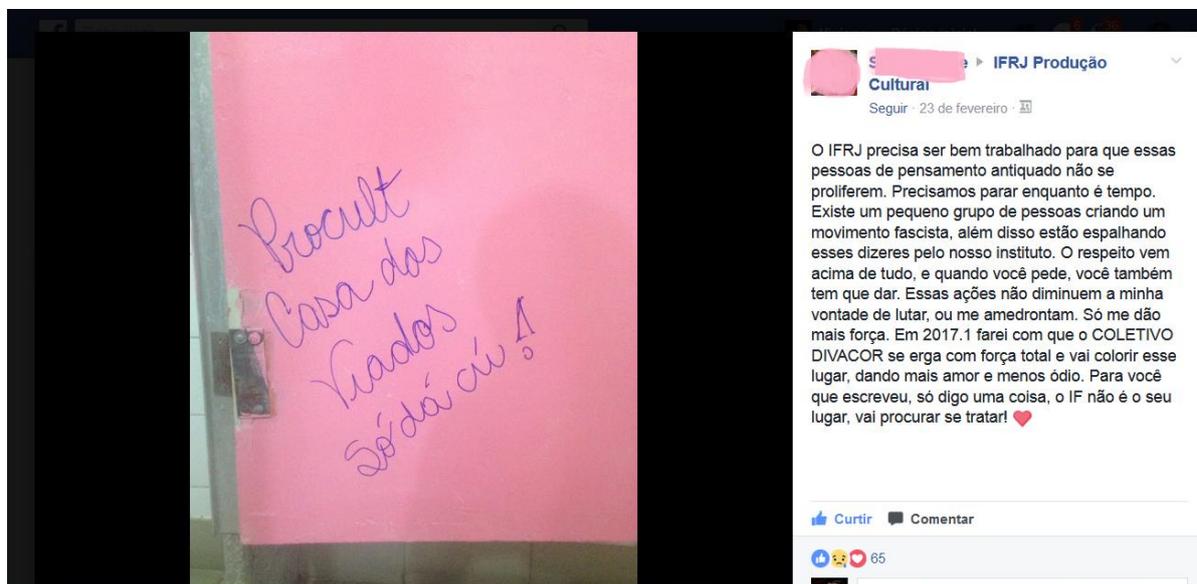
No passado, o Instituto Federal do Rio de Janeiro foi uma Instituição que formava somente profissionais em química, para atuarem como técnicos em diversas indústrias que abarcassem a mão de obra da área. Na década de 40, a Instituição só possuía o Curso Técnico de Química Industrial (CTQI) e funcionou, por seis anos, nas dependências da Escola Nacional de Química, da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Posteriormente, passou a funcionar na Escola Técnica Nacional (ETN), onde hoje é o CEFET-RJ, e lá permaneceu por 39 anos. A antiga Escola Técnica Federal de Química (ETFQ), criada em 1942, após passar por outros processos de mudanças de nomenclaturas e de funções, deu origem ao atual IFRJ que, desde a criação, em 2008, vem sofrendo uma rápida expansão, com a crescente perspectiva de novos *campi*, áreas de atuação, cursos, infraestrutura e quadros de servidores.

Deste modo, atualmente, o IFRJ está formado por cursos de diversas naturezas, como as licenciaturas em química, física e matemática e o curso multidisciplinar, das áreas de Ciências Humanas e Sociais, Letras e Artes: bacharelado em Produção Cultural. Este curso foi agregado naquele espaço como Curso Superior Tecnológico (CST), em 2004, com objetivo claro de ser subserviente aos eventos produzidos pelos cursos da área de ciência e tecnologia, segundo consta no Projeto Pedagógico de Curso (PPC). Os primeiros ingressantes via Exame Nacional do Ensino Médio / Sistema de Seleção Unificada (ENEM / Sisu) debutaram no IFRJ, no curso de bacharelado em Produção Cultural, em agosto de 2012.

Deste modo, alunos do curso de bacharelado em Produção Cultural vêm sofrendo várias formas de preconceito e discriminação na Instituição – tanto por parte de outros alunos como por parte de funcionários e de professores, que não estavam habituados com o discurso que afronta as fobias de gênero e etnia na Instituição, como eventos como *O dia da visibilidade LGBTQBT*. As ofensas são manifestadas de todos os modos possíveis dentro do espaço educacional, gerando vários sentimentos nos sujeitos que são alvos, conforme se vê nas fotos abaixo, com discurso ameaçador nas portas dos banheiros masculinos do Instituto. Os discursos carregam violência, discriminação e

segregação. A palavra “casa” foi a escolhida para designar o curso PROCULT, como se não pertencesse à Instituição.

Foto 1: Provocação realizada na porta de um dos banheiros masculinos de alunos, do IFRJ.



Fonte: Post no grupo “Produção Cultural IFRJ”, do Facebook.

Foto 2: Fotos tiradas seis meses depois da Foto 1, em outro banheiro masculino, do IFRJ/Nilópolis.



Fonte: Post no grupo “Produção Cultural IFRJ”, do Facebook.

Por estas e outras manifestações, desde 2015, alguns movimentos vêm se estabelecendo na Instituição, como os coletivos formados por estudantes e professores. Há, atualmente, os seguintes coletivos no *campus* Nilópolis, do IFRJ: “**DIVACOR** – Coletivo para a Diversidade Sexual e de Gênero Adriano Cor”, “**Mary Currie**, coletivo para a conscientização e protagonismo de mulheres” **ConAfro** – Coletivo Negro Afronta e o **Nós por Nós**, coletivo sobre a segurança dentro e no entorno do IFRJ. Os coletivos podem significar que os alunos resolveram se movimentarem relação às questões que os afligem, e não mais esperam pela Instituição na resolução de um dado problema.

Foto 2: Cartaz convite do Coletivo DIVACOR



Fonte: *Post* no grupo “Produção Cultural IFRJ”, do *Facebook*.

Como forma de pensar e contribuir para a urgência e institucionalização destas mudanças, elaboramos e submetemos, à Coordenação de Extensão do IFRJ, o projeto de extensão “Observatório de gênero e diversidade do IFRJ/Nilópolis”. O Observatório tem o objetivo de formar uma rede de investigações e de ações que tratem da temática do gênero e das diversidades sexual e étnica. O Observatório surgiu, portanto, a partir da verificação da necessidade de um espaço de diálogo e formação a respeito da temática no âmbito da Instituição e, ainda, para fortalecer os espaços dos coletivos.

Para a garantia do acesso de todos a aos bens e serviços, bem como ao exercício pleno da cidadania, fazem-se necessários estudos e ações sob esta perspectiva de gênero e diversidade. Pesquisas comprovam que a identidade de gênero masculina, histórica e culturalmente orientada para a agressividade e a indisciplina, tem retirado meninos dos bancos escolares. De mesmo modo,

os ditames culturais aos quais, desde sempre, em nossa sociedade, estão submetidas as mulheres, são responsáveis por lhes tirar não só dos bancos escolares, como também por lhes tirar a vida. Verifica-se que a prática do feminicídio é constante e vem crescendo. De mesmo modo, as estatísticas criminológicas demonstram que os crimes de homofobia também vêm crescendo e que o Brasil está entre os países que lideram este tipo de violência. As pesquisas também demonstram que o ambiente escolar naturaliza e, muitas vezes, incentiva o desrespeito às diferenças de gênero. Sendo assim, a população LGBTs (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) sofre preconceito na escola/universidade e nos serviços de saúde, uma das razões pelas quais, segundo apontam pesquisas, relutam em buscar atendimento médico, com medo de serem vítimas de violência por conta da orientação de identidade sexual.

Como forma de poder atender também a demandas da comunidade externa, sobretudo de profissionais da educação e da saúde, envolvidos com o trato do humano e que necessitem de orientação/formação específica em relação a gênero, sexualidade e diferença, elaboramos o curso de extensão “Gênero e diversidade nos espaços de educação e de atenção à saúde”. Por meio de leitura e discussão de textos e de vídeos, o curso tem como finalidade proporcionar uma conscientização para os mecanismos de reprodução e de opressão, presentes na sociedade, assim como discutir e identificar demandas de atuação no campo da diversidade e fomentar/capacitar competências específicas para que os profissionais possam lidar com estas demandas, tendo a inserção cidadã como foco de atenção crítica, especialmente nos campos da diversidade sexual/gênero, étnico/racial, corporal e intelectual.

Almeja-se que, ao final do curso, os profissionais estejam capacitados para o exercício da função a partir da visão construída ao longo do mesmo, assim como ser um agente multiplicador dessa perspectiva nos espaços onde atue. A importância do curso reside na necessidade de realizarmos uma educação voltada para as perspectivas de gênero e diversidade, em que se reconheçam os direitos do outro na sociedade. Verificamos que algumas questões, em geral, acabam por afastar pessoas dos serviços de saúde, dos bancos acadêmicos e, conseqüentemente, estas têm suas possibilidades de experiências de vida limitadas em diversos aspectos, seja no lazer, na saúde, na educação ou no trabalho, por exemplo.

A proposta de curso integra facilitadores de diversas áreas do conhecimento, com experiência na área da inclusão social, especialmente nos campos da saúde, assistência social e educação. Estas áreas possuem demandas específicas que são a cada vez mais necessárias e urgentes. Nosso conteúdo programático está proposto em seis temas, são eles: 1. Corpo e biopoder,

2. Gênero e Diversidade, 3. Raça/etnia e desigualdades, 4. Representações sociais, 5. Legislação e Direitos Humanos, 6. Práticas pedagógicas nos espaços de educação e de promoção à saúde, sob a perspectiva da igualdade racial e de gênero. Estes temas se desdobram em subtemas, que são trabalhados e discutidos um a um, ao longo de cada encontro do curso.

A princípio, a ideia era de que nosso público fosse composto por estudantes de graduação e profissionais que atuassem nas redes de educação e de saúde, no entanto os cursistas possuem formação um pouco mais ampla do que havíamos planejado para público alvo: formado por pedagogas, professoras, psicólogos, estudantes do bacharelado em Terapia Ocupacional, de licenciatura em Física, do bacharelado em Produção Cultural e do ensino médio técnico em Manutenção e Suporte em Informática. Contudo, apesar de termos um público de cursistas mais diverso do que o esperado, verificamos que a pluralidade de formações enriqueceu as visões que se formam, além de que todos nós, sendo profissionais ou não da saúde e da educação, somos cidadãos, portanto usuários destes serviços. Deste modo, todas as contribuições dos cursistas envolvidos são extremamente válidas e agregadoras.

Nosso planejamento inicial, com materiais para motivarem as discussões, como vídeos e textos, é frequentemente alterado, pois os cursistas contribuem com sugestões de temas e de textos que estão presentes em suas vivências em seus locais de trabalho e na vida cotidiana. Quando estes verificam que determinado material seja de conteúdo importante para o ensejo de discussões no âmbito de nossa temática, dos estudos de gênero e diversidade, contribuem com o mesmo, como, por exemplo: o uso de nome social em atendimentos de saúde ou na pauta de frequência na sala de aula ou em concursos públicos; os direitos para casais homossexuais, como o de ser dependente em plano de saúde; o uso de banheiros não binários, a Lei Maria da Penha e suas várias aplicações e interpretações etc. Além dos módulos teóricos, o módulo final do curso, que ainda não ocorreu, enfatizará modelos e experiências práticas de enfrentamento de situações nos campos de aplicação de atuação de cada cursista.

As discussões entre o grupo com formações em diferentes áreas têm sido riquíssimas para todos e todas, no que se refere à promoção dos direitos humanos em nossa sociedade. Entendemos que compreender aspectos educativos e sociais são peças chave para o entendimento das demandas de qualidade de vida e cidadania de coletivos com potencial risco de exclusão social. É nosso desejo que ao final do curso os envolvidos estejam capacitados para atuar frente aos desafios da integração da diversidade humana, nos campos da saúde e da educação, e que serão agentes participantes e multiplicadores dessa mudança.

No entanto, um fato nos surpreendeu ao longo do Módulo 1 do curso: o nosso discurso está em consonância com os discursos dos que se inscreveram: nosso objetivo inicial era falar para um público “opressor”, quando o elaboramos que não estivesse a par das questões sobre gênero e sexualidade. Objetivávamos, portanto, oferecer o curso para professor opressor, médico homofóbico, diretora racista etc. Temos verificado que o espaço do curso de extensão sobre gênero e diversidade para profissionais da saúde e da educação se tornou um espaço de luta e resistência, em que, semanalmente, o grupo se reúne (além do contato diário via *whatsapp* com *links* e convites para eventos sobre a temática) para que pense, juntos, como as formas de opressão e repressão que sentem e veem podem ser minoradas ou extinguidas da sociedade.

Ademais de profissionais de saúde e educação, os cursistas são militantes no campo gênero e diversidade e, assim, falam dos lugares de mulheres, negras, negros e LGBTQs que ocupam. Sendo assim, o curso nos deu subsídios para a realização da pesquisa que trazemos para este evento. Pretendemos, aqui, mostrar alguns dos resultados das análises dos recortes dos discursos produzidos no espaço discursivo do nosso curso, com base na teoria francesa da Análise do Discurso (AD).

De modo que possamos apresentar uma seleção de nosso *corpus*, estarão reproduzidas aqui algumas Sequências Discursivas (SDs) de nosso *corpus* discursivo. São recortes dos discursos produzidos no espaço do curso de extensão:

(SD1): A diretora da minha escola não aceita que eu fale sobre gênero com as professoras e com as alunas do curso de formação de professores. Acho que ela pensa que se eu der uma palestra, vai todo mundo sair *gay* de lá. (J., pedagoga)

(SD2): Minha patroa, a dona da clínica, que é evangélica, pediu para a secretária não marcar mais pacientes crianças para mim, depois que descobriu que sou *gay*. Só estou lá porque preciso, porque não tenho outro emprego. (T., psicólogo)

(SD3): O inspetor daqui perguntou se eu e ele não queríamos dar uma volta no pátio. E olha que não estávamos de mãos dadas, não estávamos fazendo nada, estávamos conversando. Ele queria tirar a gente dali do corredor. Dentro da sala tinha um casal hetero SE BEIJANDO e ele não falou nada. (M., aluno do curso de licenciatura em Física)

(SD4): Ontem, descendo a escada, ouvi uma ameaça de um amolador de facas. Ele, um aluno, monitor, disse: “temos de fazer uma limpa aqui e tirar todo mundo que não presta.” (M., aluno do curso de licenciatura em Física)

(SD5): Um professor falou para mim que eu estava no curso errado, que na Física só tem macho. (K, aluno do curso de licenciatura em Física)

Em comum, nas sequências discursivas recortadas apresentadas acima, temos a presença do discurso da autoridade, que marca o lugar que deve ser ocupado por aqueles que estão subordinados a esta. Seria para estas autoridades e para os profissionais opressores que o curso estava destinado, porém, hoje, entendemos que, por vontade própria, dificilmente as pessoas que não se sensibilizam pelo discurso de gênero e diversidade não estarão dispostas a participarem de um curso desta natureza. Aquele que “não aceita” a temática, tal como a diretora da SD1, só realiza um curso desta natureza quando é convocado por seu superior hierárquico do local de trabalho. O que não significa também que a pessoa será sensibilizada e deixará seu preconceito ou a maneira preconceituosa ou violenta como lida com o outro.

Na SD1, a pedagoga é silenciada e não pode falar de seu lugar de pedagoga, visto que ela não tem a autorização de sua diretora para abordar a temática de gênero e diversidade tanto com os/as professores/professoras da instituição, quanto com aqueles/aquelas alunos/alunas que estão se formando no curso de formação de professores. A palavra “aceita”, usada neste discurso, permite construir sentidos de que o que a diretora “não aceita” é mais do que o tema a ser abordado, e sim as pessoas gays.

Nesta mesma SD1, a expressão usada “vai todo mundo sair *gay* de lá”, produz sentidos de que o espaço não é um espaço para a formação de *gays*. O uso de “sair *gay*” constrói a ideia de que os sujeitos podem até ter um potencial para serem *gays*, porém o ideal é não falar sobre o tema, para que as pessoas não se sintam instigadas ou estimuladas a serem *gays*. Deste modo, a diretora encarna o papel de reguladora dos discursos que podem ser ditos no espaço da instituição, bem como se sente responsável pela construção das identidades das pessoas que lá estão. No mesmo sentido de “sair *gay* de lá” está a possível construção “*gay* aqui não entra”, visto que se não pode sair *gay*, a entrada também não pode ser bem-vinda.

De mesmo modo, analisamos na SD2 o deslocamento do lugar do psicólogo *gay* por aquela que detém os meios de produção, a dona da clínica. Esta, reguladora das agendas dos psicólogos, determinou, com seu discurso e sua ação, que o psicólogo que ela “descobriu” ser *gay* não mais atenda crianças. O uso do “não”, do “mais” e do “depois”, levam à construção de que antes de conhecer a identidade *gay* do psicólogo, a dona da clínica permitia que atendesse a crianças. Isto é, um psicólogo heterossexual pode atender uma criança, posto que não representaria nenhum risco

para a formação desta ou mesmo para a sua integridade, ao passo que o psicólogo *gay* não deve ter contato com pacientes crianças. A escolha da palavra “descobrir” mostra como deve estar, para que sejam aceitos, a identidade dos *gays*: coberta, velada, ou seja, negada, silenciada ou mesmo proibida.

O uso da palavra “minha”, nas SD1 e SD2, permitem construir sentidos de pertencimento/posse para os sujeitos envolvidos no discurso, bem como diferenciar um do outro. Verificamos que “A diretora da minha escola” x “Minha patroa, a dona da clínica” se diferenciam, pois na SD1 os sentidos que se formam são de que a escola é de posse dela, isto é, ela se sente parte da escola, já no discurso da SD2, não há este mesmo sentimento em relação à clínica e quem é detentor, isto é, quem tem a posse é a patroa: tem posse sobre ele, o psicólogo, e sobre a clínica, como se fosse “dona” de ambos.

Na SD3, a quantidade de “nãos” usados no discurso do estudante permite construir os sentidos de negação para a presença deste naquele espaço institucional, por parte da autoridade, neste caso o inspetor. As escolhas dos referenciais que marcam lugar “no pátio”, “dali do corredor”, “dentro da sala” formam sentidos do despertencimento do estudante àquele espaço, assim como o desejo do inspetor de que o estudante não estivesse ali, com seu namorado. Os usos das palavras para indicar o que os dois casais faziam no momento, “não estávamos de mãos dadas” e “casal hetero SE BEIJANDO”, levam à construção da proibição de atos para uns e da permissão para outros. De acordo com o discurso, podemos construir a ideia de que a regra não foi dada pelo inspetor porque se tratava de um espaço educacional, e sim porque ao casal *gay* não é permitido estar próximo, não é permitido conversar, ou seja, não é permitido estar ali, estando o espaço do pátio destinado para eles.

O discurso recortado na SD4 leva à formação da ideia da possibilidade da violência física, e não simbólica (BOURDIEU, 1999), visto que o aluno usa as expressões “amolador de facas”, “fazer uma limpa” e “tirar daqui”. O discurso do aluno leva a crer que ele se sentiu ameaçado de morte por ser homossexual, isto é, por ser uma pessoa que “não presta” e estava ali frequentando aquele lugar. Mais uma vez, como nas SDs anteriores, a construção marca que o discurso violento parte de alguém que está num nível hierárquico acima, pois não foi um aluno como ele, um igual, e sim “um monitor”, de quem, talvez, não esperasse que produzisse um discurso violento.

Na SD5, mais uma vez, o discurso de autoridade forma sentidos de opressão e violência, posto que o professor, aquele que forma, ao dizer que ali era lugar “de macho”, estava formando sentidos de que ali não era lugar de “não macho”, isto é, de *gays* e, portanto, o aluno não estava no

curso adequado para ele. Mais uma vez, a ideia de estar no local certo vai estar presente nestas sequências discursivas.

Até o momento, pudemos identificar que não só os cursistas são vítimas de opressão em seus espaços institucionais, como que carecem de instrumentos e de representações que possam romper com o ciclo de violência a que estão submetidos, bem como a seus pares. O nosso objetivo de oferecer um curso para profissionais que desrespeitassem as questões de gênero e diversidade não foi atendido, posto que quando o elaboramos pensamos na diretora, na dona da clínica, no inspetor, no professor, isto é, naqueles que silenciam e vitimizam, porém formamos um espaço de acolhida e de voz para aqueles que sofrem, diariamente, o silenciamento e a violência simbólica por não serem aceitos nos espaços que ocupam.

Sendo assim, identificamos o espaço do curso de extensão como um espaço plural, de criação coletiva, de (re)afirmação de identidades, de tomada de decisões e busca de soluções para um problema coletivo. Nosso curso de extensão, portanto, constituiu-se num espaço de acolhida e escuta que propicia um movimento de luta e resistência, que nem sempre existe nas várias instituições em que estamos vinculadas(os).

Referências Bibliográficas

AMARAL, Maria Virgínia B (2007). *O avesso do discurso: análise de práticas discursivas no campo do trabalho*. Maceió: EDUFAL.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BICALHO, P.P.G.; REISHOFFER, J.C. (2009). Insegurança e produção de subjetividade no Brasil contemporâneo. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 21, p. 425-444, 2009.

BUTTLER, J. (2010). *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FOUCAULT, M. (2005) *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____ (2006) *A ordem do discurso*. 13. ed.. São Paulo: Loyola.

_____ (2003) *Microfísica do poder*. 18. ed.. São Paulo: Graal.

Hüning, S.M. & Guareschi, N. (2009). Efeito Foucault: Desacomodar a Psicologia. In: *Foucault e a Psicologia*. Porto Alegre: EdPucRS, pp. 159-182.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (1997). A negação no discurso político eleitoral: impossibilidade e inaceitabilidade. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto.